

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2023.

“Regulamenta o Processo Eleitoral para os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV e dá outras providências.”

DEMÉTRIO LOPES TOMAZ, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o texto anexo do Regulamento do Processo Eleitoral foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em sua reunião ordinária realizada em 19/01/2023 (Ata nº 01/2023),

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, da Lei Municipal nº 7.068, de 16 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Eleitoral, destinado a disciplinar o processo para eleição dos Membros Titulares e Suplentes do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV, em estrita observância ao que dispõe a Lei Municipal nº 7.068, de 16 de dezembro de 2022.

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I - Dos Mandatos

Art. 2º O mandato dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal será de 4 (quatro) anos, admitida a recondução.

Art. 3º Serão eleitos, a cada 4 (quatro) anos, 2 (dois) membros titulares e seus respectivos suplentes para a composição do Conselho Deliberativo e 2 (dois) membros titulares e seus respectivos suplentes para a composição do Conselho Fiscal, nos termos dos arts. 7º e 13º e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 7.068, de 16 de dezembro de 2022.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

Art. 4º As eleições dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV deverão ser realizadas até mês de novembro do ano que antecede o final do mandato dos membros eleitos no pleito anterior.

Seção II - Da Organização

Art. 5º Caberá ao Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV a organização das eleições dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal:

- I - designar a Comissão Eleitoral;
- II - assinar o Edital de convocação da eleição em conjunto com o Presidente da Comissão Eleitoral;
- III - fiscalizar o cumprimento deste regulamento;
- IV - anular o processo eleitoral, quando não observadas as normas estabelecidas;
- V - assegurar os materiais necessários para realização do pleito;
- VI - assegurar meio de transporte para o deslocamento das urnas;
- VII - auxiliar a comissão eleitoral sempre que for solicitado; e,
- VIII - manter a guarda de todo material pertinente a cada pleito eleitoral.

Parágrafo único. As atribuições previstas nos incisos III, V, VI, VII e VIII deste artigo poderão ser delegadas através de Portaria do Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV.

CAPÍTULO II - DAS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Art. 6º São condições de elegibilidade para os membros dos Conselhos:

- I - ser servidor titular de cargo efetivo e estável no Município de Varginha ou aposentado em cargo efetivo e que receba proventos pagos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV;
- II - não ocupar cargo de direção em Associação dos Trabalhadores e Funcionários Públicos Municipais de Varginha ou do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Varginha;
- III - não ocupar cargo de direção em Partidos Políticos;
- IV - não desempenhar cargo público eletivo;
- V - não ser membro de comissão executiva;
- VI - não ser delegado de partido político;
- VII - não desempenhar cargo público no INPREV;
- VIII - não ocupar cargo de Secretário Municipal ou de direção de entidades da administração indireta do Município;

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

IX - possuir escolaridade mínima correspondente ao ensino superior; e,

X - não ter sido condenado por crime contra o patrimônio ou contra a administração pública, ou por improbidade administrativa, com trânsito em julgado;

Art. 7º As condições de elegibilidade para os membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, serão demonstradas:

I - mediante a apresentação de declaração com finalidade específica, a ser expedida pela Secretaria Municipal da Administração, para comprovação das condições exigidas nos incisos I, V e VIII do artigo anterior;

II - mediante a apresentação de certidão negativa emitida pelos órgãos mencionados, para comprovação das condições exigidas no inciso II e VII do artigo anterior;

III - mediante a apresentação de certidão de filiação partidária emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral e declaração negativa emitida pelo partido político do qual o servidor for filiado, para comprovação das condições exigidas no inciso III, IV, VI do artigo anterior;

IV - mediante apresentação de diploma de ensino superior, para comprovação das condições exigidas no inciso IX do artigo anterior; e

V - mediante a apresentação de atestado negativo de antecedentes criminais, para comprovação da condição exigida no inciso X do artigo anterior.

Parágrafo único. O diploma referido no inciso IV deste artigo deverá ser apresentado em original e cópia simples.

CAPÍTULO III - DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 8º As eleições serão coordenadas e realizadas por uma Comissão Eleitoral, composta por 5 (cinco) membros titulares, e respectivos suplentes, todos segurados do RPPS, escolhidos pelo Diretor Presidente do RPPS, sendo:

I - 2 (dois) representantes da Prefeitura Municipal de Varginha, escolhidos dentre seus servidores ativos;

II - 2 (dois) representantes das Autarquias e Fundações Municipais, escolhidos dentre seus servidores ativos; e

III - 1 (um) representante do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV.

§ 1º A Comissão Eleitoral será designada, através de Portaria, expedida pelo Diretor Presidente, a ser publicado no Órgão Oficial do Município de Varginha até 90 (noventa) dias antes do término do mandato dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

§ 2º O prazo estabelecido no § 1º deste artigo não se aplica às eleições referentes ao primeiro mandato do RPPS aprovado e instituído pela Lei Municipal nº 7.068, de 16 de dezembro de 2022, sendo referido prazo estabelecido em edital próprio de normatização do processo eleitoral.

Art. 9º Compete à Comissão Eleitoral:

I - convocar, coordenar, conduzir e realizar as eleições;

II - elaborar o Edital de convocação da eleição, disciplinando todos os procedimentos a serem adotados durante a realização do pleito, publicando-o no Município até 90 dias antes do término do mandato dos membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal contendo, no mínimo:

a) os procedimentos e período para registro das inscrições;

b) a documentação comprobatória do atendimento dos requisitos estabelecidos no art. 6º;

c) os procedimentos e período da campanha eleitoral;

d) os prazos e formalização dos recursos e impugnações;

e) a forma de divulgação dos locais de votação;

f) os tipos de urnas;

g) a documentação comprobatória de identificação e da condição de segurado do RPPS do eleitor;

h) a forma de credenciamento dos integrantes das mesas coletoras, fiscais e junta apuradora;

i) os modelos de atas e demais formulários de forma a padronizá-los.

III - receber e supervisionar as inscrições dos candidatos concorrentes ao processo eleitoral, bem como determinar as diligências que julgar necessárias;

IV - definir e divulgar as datas, horários e locais de votação, bem como procedimentos necessários à realização do pleito;

V - responsabilizar-se pela guarda e segurança de todo material e documentação relativos ao pleito, até findo o prazo de julgamento administrativo, e em caso de eventual ação judicial;

VI - lavrar atas das etapas do processo eleitoral pertinentes à preparação, votação e escrutínio, onde deverão constar todos os fatos supervenientes, irregularidades constatadas, pedidos de impugnação e recursos das etapas correspondentes;

VII - garantir o acesso dos eleitores aos locais de votação;

VIII - julgar os recursos interpostos no processo eleitoral;

IX - julgar os pedidos de impugnações;

X - decidir sobre o registro de candidatura dos inscritos;

XI - publicar a relação dos inscritos;

XII - definir as quantidades de urnas, bem como sua distribuição nos locais de votação, considerando os diferentes locais de trabalho e suas respectivas densidades eleitorais;

XIII - definir a composição e competência da Junta Apuradora;

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

- XIV - coordenar o processo de escrutínio;
- XV - aferir os resultados do pleito;
- XVI - divulgar os resultados oficiais do pleito;
- XVII - definir a cédula eleitoral, que deverá ser única, e encaminhá-la ao INPREV, no mínimo 5 (cinco) dias úteis antes do pleito para sua confecção;
- XVIII - definir a forma de deliberação das decisões da Comissão Eleitoral, se por maioria simples ou maioria absoluta;
- XIX - zelar pela organização do processo eleitoral, constituindo os documentos sempre em duas vias, devendo a primeira ser a original;
- XX - declarar a invalidação da eleição, observado o contido no parágrafo único do art. 16, deste regulamento; e,
- XXI - encaminhar ao INPREV, após encerramento das eleições, o Processo Administrativo de Procedimentos Eleitorais, bem como todo material publicado, como editais, chamamentos, locais de votação com respectivos números de urnas, atas, modelos de cédulas e fichas de inscrição e demais documentos e formulários que compuseram o processo Eleitoral, em ordem cronológica, devidamente rubricados, no mínimo, pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

§ 1º A convocação das eleições dar-se-á por Edital firmado pelo Presidente da Comissão Eleitoral e pelo Diretor Presidente do INPREV, cujo extrato será publicado no Órgão Oficial do Município de Varginha, bem como no site oficial do INPREV, e na íntegra, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis ao pleito.

§ 2º Todas as decisões da Comissão Eleitoral, deverão ser fundamentadas e registradas em Processo Administrativo de Procedimentos das Eleições.

§ 3º A Comissão Eleitoral poderá expedir as resoluções que entender necessárias para a organização e disciplinamento do pleito, devendo estas, serem publicadas no Órgão Oficial do Município de Varginha e afixadas em local público, bem como comporem o Processo Administrativo de Procedimentos das Eleições.

§ 4º Após a data de homologação das inscrições as resoluções serão afixadas em local público, sem prejuízo de sua publicação no Órgão Oficial do Município de Varginha.

Art. 10. Na primeira reunião da Comissão Eleitoral será aberto o Processo Administrativo de Procedimentos das Eleições.

Parágrafo único. O Processo Administrativo de Procedimentos das Eleições terá todas as suas páginas numeradas e rubricadas, que, em nenhuma hipótese, poderão ser destacadas, devendo conter:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

- I - termo de abertura dos trabalhos,
- II - ata das reuniões da Comissão Eleitoral, destacando-se a data de sua realização e a assinatura de todos os membros presentes;
- III - apensamento de cópia de todos os atos oficiais que envolvam o processo eletivo;
- IV - cópia da publicidade dos atos;
- V - demais informações pertinentes; e,
- VI - termo de encerramento dos trabalhos.

Art. 11. A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas permanecerão sob a guarda da Comissão Eleitoral até transcurso do prazo de recurso do resultado das eleições.

CAPÍTULO IV - DO CANDIDATO

Seção I - Do Registro Das Candidaturas

Art. 12. O prazo para o registro das candidaturas concorrentes ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da publicação do Edital.

Art. 13. O requerimento de registro de candidatura será dirigido à Comissão Eleitoral e protocolizado na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV, com apresentação dos seguintes documentos;

- I - cópia da Carteira de Identidade (RG) ou outro documento com foto do candidato; e,
- II - demais documentos elencados nos arts. 6º e 7º deste regulamento, necessários à comprovação das condições de elegibilidade.

Art. 14. Encerrado o prazo previsto no art. 12 deste regulamento, caberá à Comissão Eleitoral, no prazo de 1 (um) dia útil, proceder à análise dos pedidos de registro das candidaturas e publicar a relação dos candidatos concorrentes.

Art. 15. Publicada a relação dos candidatos concorrentes, a documentação relativa a esta fase do processo eleitoral será disponibilizada para consulta na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV, sendo vedada sua retirada do local.

§ 1º No prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data da publicação prevista no art. 14, deste regulamento, o candidato cujo pedido de registro tenha sido indeferido poderá, mediante petição fundamentada, apresentar recurso à Comissão Eleitoral, cujo objeto ficará restrito à:

- I - apresentação de sua defesa; e,
- II - saneamento das irregularidades apresentadas na decisão de indeferimento.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

§ 2º Encerrado o prazo previsto no parágrafo anterior, caberá ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 1 (um) dia útil, decidir sobre o recurso e publicar a relação definitiva dos candidatos.

§ 3º Para contagem dos prazos estabelecidos nesta Seção, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do fim.

Art. 16. Não poderá se inscrever o servidor público municipal que na data estabelecida no Edital de convocação da eleição:

I - fizer parte da Comissão Eleitoral; e,

II - ocupar qualquer tipo de cargo na Associação dos Trabalhadores e Funcionários Públicos Municipais de Varginha ou do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Varginha.

Art. 17. É vedado ao servidor cuja inscrição tenha sido deferida atuar como mesário ou scrutador, no mesmo pleito eleitoral.

Seção II - Da Campanha

Art. 18. A campanha eleitoral, cujo formato será definido pela Comissão Eleitoral, será realizada, no mínimo, nos 10 (dez) dias corridos que antecederem a data da realização da eleição.

§ 1º Fica vedada a utilização de qualquer tipo de propaganda que possa, de qualquer forma, perturbar ou prejudicar o bom andamento do serviço público.

§ 2º Fica terminantemente vedada à realização de propaganda eleitoral no dia da votação num raio de 20 (vinte) metros do local em que estiverem instaladas as mesas receptoras.

Art. 19. Toda a propaganda ocorrerá as expensas dos candidatos.

Seção III - Das Penalidades e Sanções Administrativas

Art. 20. Sempre que ocorrer descumprimento das regras eleitorais estabelecidas neste Regulamento ou no Edital de Convocação, a Comissão Eleitoral poderá aplicar, aos candidatos, as penalidades de advertência e de cassação da candidatura.

Art. 21. Será aplicada diretamente a penalidade de cassação da candidatura nas seguintes hipóteses:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

- I - Realização de propaganda eleitoral em desacordo com as regras previstas neste Regulamento e/ou no Edital de Convocação;
- II - Realização de "boca de urna", pelo próprio candidato, no dia das Eleições;
- III - Participar, de qualquer forma, da votação do eleitor, prejudicando a característica do voto secreto;
- IV - Desacato ou agressão física aos membros da Comissão Eleitoral, das seções eleitorais ou das juntas apuradoras, no exercício de suas funções;
- VI - Realização de propaganda eleitoral antes do período definido pelo Calendário Eleitoral;
- VII - Atitudes contrárias do candidato ao processo eleitoral; e
- VIII - Quando o candidato cometer, pela segunda vez, ato punível com a penalidade de advertência.

Art. 22. A penalidade de advertência será aplicada ao candidato, ao cometer infração não prevista no artigo anterior.

Art. 23. Os casos sujeitos às penalidades previstas neste capítulo deverão ser autuados em processo administrativo, para deliberação da Comissão Eleitoral, que aplicará as penalidades de advertência ou de cassação de candidatura, conforme o caso.

§ 1º O interessado terá prazo de 2 (dois) dias, contados de sua notificação, para apresentação de sua defesa, em respeito ao contraditório e ampla defesa.

§ 2º Concluindo a Comissão Eleitoral pela aplicação de uma das penalidades, o interessado poderá impetrar recurso administrativo, no mesmo prazo previsto no parágrafo anterior, que será apreciado pelo Diretor Presidente do INPREV, que proferirá decisão final.

CAPÍTULO V - DO ELEITOR

Art. 24. É eleitor todo servidor público municipal segurado do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Varginha - RPPS.

§ 1º É segurado do RPPS todo servidor ativo titular de cargo de provimento efetivo ou nele aposentado, da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e da Câmara Municipal, nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 4.965, de 24 de novembro de 2008.

§ 2º Cada eleitor poderá votar uma única vez na eleição, independentemente do acúmulo de cargos de provimento efetivo, em que estiver investido ou nele aposentado.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

Art. 25. Na data destinada à realização da eleição, o eleitor deverá comparecer ao local de votação previamente determinado, munido da cédula de identidade (RG), crachá funcional, ou outro documento de identificação equivalente.

CAPÍTULO VI - DAS ELEIÇÕES

Seção I - Do Local de Votação

Art. 26. O local de votação será a sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV, sito à Praça Dalva Paiva Ribeiro, 312, Vila Paiva, Varginha/MG, CEP 37018-625.

§ 1º Em virtude do local de trabalho e distância deste da sede, o Edital poderá prever locais diversos para a votação, devendo ser fornecido as respectivas Mesas, a relação dos eleitores votantes.

§ 2º Fica terminantemente vedado o recebimento de voto de eleitor não conste na relação a que se refere o § 1º deste artigo.

Seção II - Da Realização das Eleições

Art. 27. A organização e realização da eleição ficará sob responsabilidade da Comissão Eleitoral, que deverá:

- I - encaminhar para publicação, os atos necessários ao processo eleitoral;
- II - requisitar, a qualquer tempo e fase do processo eleitoral, a presença de servidores públicos necessários à realização de trabalhos relacionados ao certame; e,
- III - promover a solução das questões relativas ao processo eleitoral que não estejam disciplinadas expressamente neste regulamento e no Edital.

Art. 28. Compete às respectivas chefias de cada Unidade:

- I - proceder à divulgação ampla e irrestrita da realização do certame eleitoral nas Unidades;
- II - facilitar ao máximo o acesso dos eleitores ao local de votação; e,
- III - liberar os servidores municipais para que participem do processo eleitoral.

Seção III - Das Mesas Receptoras

Art. 29. A Mesa Receptora será composta por 3 (três) membros, sendo um Presidente e dois mesários, designados pela Comissão Eleitoral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

Parágrafo único. Na hipótese de impossibilidade de participação de membro designado da Mesa Receptora, caberá a chefia providenciar sua substituição em tempo hábil, de maneira a não prejudicar o bom andamento do processo eleitoral.

Art. 30. Compete ao Presidente da Mesa Receptora:

- I - proceder, no dia anterior à realização da votação, a retirada e transporte da urna e demais materiais junto ao INPREV;
- II - lavrar a ata de abertura e de encerramento dos trabalhos de coleta dos votos;
- III - receber os votos dos eleitores;
- IV - dirimir dúvidas de eleitores que porventura possam surgir durante o processo de votação;
- V - manter a boa ordem dos trabalhos da seção;
- VI - autenticar, com a sua rubrica, as cédulas a serem utilizadas na votação; e,
- VII - lacrar a urna de votação após o encerramento dos trabalhos da seção e proceder a sua entrega no local de apuração.

Art. 31. Compete aos mesários:

- I - o exercício de todas as atividades de suporte e de auxílio solicitadas pelo Presidente da seção; e,
- II - substituir o Presidente nas suas ausências momentâneas, de maneira a garantir a manutenção da ordem e da regularidade do processo eleitoral.

Art. 32. As atividades desenvolvidas pelos servidores componentes das Mesas Receptoras serão consideradas atividades funcionais na data da votação, sendo vedada qualquer anotação de falta ou de desconto na respectiva remuneração por parte da chefia imediata.

Art. 33. É vedada a designação de membro da Mesa Receptora que possua grau de parentesco com o candidato, ainda que por afinidade, até primeiro grau, inclusive o cônjuge.

Seção IV - Do Voto Secreto

Art. 34. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

- I - uso de cédulas cujas normas, padrões e modelos deverão ser aprovados pela Comissão Eleitoral, devendo conter, no mínimo:
 - a) campo para preencher ou assinalar o nome do candidato;
 - b) campo para assinalar voto em branco; e
 - c) campo para rubrica do mesário no verso da cédula;
- II - verificação de autenticidade da cédula única à vista dos membros da mesa coletora; e,
- III - emprego de urna que assegure, na medida do possível, a inviolabilidade dos votos.



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

Seção V - Da Recepção dos Votos

Art. 35. Somente poderão permanecer em torno da Mesa Receptora, seus membros, o eleitor e os fiscais autorizados pelo Presidente da seção.

Art. 36. Nenhuma pessoa estranha à Mesa Receptora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu funcionamento, salvo membro da Comissão Eleitoral, devendo os demais interessados guardar distância mínima de 20 (vinte) metros do local de realização dos trabalhos.

Art. 37. No ato de votação deverá ser observado o seguinte:

- I - o eleitor se apresentará à mesa, identificando-se para a conferência do mesário;
- II - admitido o eleitor, o mesário deverá colher sua assinatura na lista de presença e entregar as cédulas rubricadas no ato, conduzindo-o a cabine de votação;
- III - ao votar, o eleitor indicará os candidatos de sua preferência, assinalando o número ou nome dos escolhidos, dobrará as cédulas de maneira que a parte rubricada fique à mostra e em seguida procederá ao seu depósito na urna; e,
- IV - as 17 horas, declarar-se-á encerrado o horário de votação e, se ainda houver eleitores por votar, os mesários lhes entregarão senhas.

Art. 38. Encerrada a votação, a Mesa Receptora tomará as seguintes providências:

- I - vedar a fenda de introdução das cédulas na urna, de modo a cobri-la inteiramente, rubricando-as;
- II - assinar a folha de relação de votantes e juntá-la à ata de encerramento da votação;
- III - proceder ao transporte e entrega da urna no local de apuração; e,
- IV - entregar os documentos oriundos da votação à Comissão Eleitoral.

Seção VI - Da Apuração

Art. 39. A apuração dos votos ficará a cargo de Comissão de Apuração composta por três membros, sendo um Presidente, um Secretário e um escrutinador, todos designados pela Comissão Eleitoral.

§ 1º Na hipótese de impossibilidade de participação de membro designado da Comissão de Apuração, caberá a Comissão Eleitoral providenciar sua substituição em tempo hábil, de maneira a não prejudicar o bom andamento do processo eleitoral.

§ 2º É vedada a designação de membro da Comissão de Apuração que possua grau de parentesco com o candidato, ainda que por afinidade, até primeiro grau, inclusive o cônjuge.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

Art. 40. Compete à Comissão de Apuração:

I - receber as urnas e conferir sua integridade;

II - proceder à apuração dos votos;

III - lavrar as atas necessárias ao bom registro do certame;

IV - dirimir os incidentes relacionados com o processo de apuração dos votos; e,

V - cumprir as demais atribuições que lhe sejam conferidas pela Comissão Eleitoral durante o processo eleitoral.

Art. 41. Os trabalhos da Comissão de Apuração serão iniciados imediatamente após a chegada das urnas ao local de apuração.

Art. 42. Os trabalhos de apuração serão realizados na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Varginha - INPREV, sito à Praça Dalva Paiva Ribeiro, 312, Vila Paiva, Varginha/MG, CEP 37018-625.

Parágrafo único. Iniciados os trabalhos de apuração, seu encerramento somente se dará após a contagem de todos os votos, ininterruptamente.

Art. 43. Antes do início dos trabalhos de contagem dos votos, a Comissão de Apuração verificará:

I - se há indício de violação da urna; e,

II - a autenticidade das atas de abertura e encerramento da votação.

Art. 44. Aberta a urna, um dos membros da Comissão de Apuração verificará se o número de cédulas corresponde ao de votantes registrados na lista de presença da votação, para, em seguida autorizar o início da contagem dos votos.

Parágrafo único. As impugnações fundadas em violação da urna somente poderão ser apresentadas até a abertura desta, sob pena de preclusão.

Art. 45. Serão considerados válidos os votos que demonstrarem de maneira inequívoca a manifestação de vontade do eleitor, com exceção dos votos em branco.

§ 1º Os votos serão computados individualmente, por candidato.

§ 2º O voto em branco deverá ser descartado da contagem, recebendo um carimbo com a expressão "em branco", além da rubrica do apurador, no lugar correspondente à indicação do voto.

§ 3º As questões relativas às cédulas somente poderão ser suscitadas nessa oportunidade.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

Art. 46. Na hipótese de constatação de irregularidade, o Presidente da Comissão de Apuração comunicará a Comissão Eleitoral para juntos decidirem as providências a serem tomadas.

Art. 47. Concluída a apuração e decididas às eventuais questões levantadas, com impugnação ou não, será lavrada ata de encerramento da apuração pelo Presidente da Comissão de Apuração, contendo o resultado da Eleição

Parágrafo único. Proclamado o resultado, a Comissão de Apuração fará a entrega dos documentos e materiais usados durante a apuração à Comissão Eleitoral, em envelopes lacrados.

CAPÍTULO VII - DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Seção I - Da Eleição Válida

Art. 48. Serão considerados eleitos para o Conselho Deliberativo e para o Conselho Fiscal o candidato que obtiver o maior número de votos válidos, pela ordem decrescente de votação.

Art. 49. Em caso de empate na votação, o desempate será decidido, pela ordem, em favor do servidor que contar:

I - com maior escolaridade,

II - com maior tempo de serviço público municipal;

III - com maior idade.

Parágrafo único. O cômputo do tempo de serviço público, de que trata o inciso II, totalizará o exercício de cargos, empregos e funções na Administração Municipal, excluída a atividade exclusivamente comissionada.

Art. 50. Encerrada a apuração, a Comissão Eleitoral considerará eleitos para os respectivos Conselhos os candidatos com a maioria dos votos, seguido de seus suplentes e fará lavrar ata dos trabalhos eleitorais.

§ 1º A ata mencionará obrigatoriamente:

I - o dia e hora de abertura e de encerramento dos trabalhos;

II - locais em que funcionaram as mesas coletoras, com nomes dos respectivos componentes;

III - resultado de cada urna apurada, especificando-se o número de votantes, sobrecartas (voto em separado), votos apurados, votos atribuídos a cada candidato, votos válidos e votos em branco;

IV - número total de eleitores aptos a votar;

V - número total de eleitores que votaram;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

VI - resultado geral da apuração; e,

VII - proclamação dos eleitos.

§ 2º A ata geral de apuração será assinada, obrigatoriamente, pelo Presidente e pela maioria dos membros da Comissão Eleitoral e, facultativamente pelos fiscais credenciados.

Art. 51. O resultado do pleito deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município de Varginha, posteriormente ao conhecimento dos candidatos eleitos, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do término da apuração dos votos, contendo o nome dos eleitos do pleito, pela Comissão Eleitoral.

§ 1º Publicado o resultado, será garantido aos candidatos não eleitos o prazo de 2 (dois) dias úteis para interposição de recurso, devidamente fundamentado, objetivando:

I - justificativa e avaliação dos procedimentos adotados pela Comissão de Apuração; e

II - recontagem de votos nos termos do artigo 11 deste Regulamento.

§ 2º Encerrado o prazo previsto no parágrafo anterior, caberá ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 1 (um) dia útil, decidir sobre o recurso e publicar a relação definitiva dos candidatos.

Art. 52. Transcorrido o prazo de interposição e julgamento dos recursos, a Comissão Eleitoral deverá comunicar o resultado da eleição por escrito, no prazo de 24 (vinte quatro) horas, ao Diretor Presidente, para as formalidades legais.

Seção II - Da Eleição Inválida

Art. 53. Declarada inválida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a eleição será anulada e deverá ser convocada novo pleito, respeitando-se todo o procedimento das eleições disciplinado neste regulamento, limitado ao prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado a partir da publicação do respectivo edital de invalidação.

Art. 54. Será considerada inválida a eleição quando, mediante recurso formalizado ao Presidente do Conselho Deliberativo, ficar comprovado:

I - que foram preferidas quaisquer formalidades essenciais estabelecidas neste regulamento;

II - que não foram cumpridos quaisquer dos prazos essenciais estabelecidos neste regulamento; e,

III - a ocorrência de vício ou fraude que comprometa a legitimidade e lisura do pleito, principalmente quanto:

a) ao sigilo do voto, previsto no art. 34; e

b) à integridade das urnas, atestadas pela Comissão de Apuração, prevista no art. 38.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

§ 1º Serão anuladas as urnas cuja coleta de votos foi realizada em dia, horário e local diversos dos formalizados no Edital de Convocação, ou encerrada antes da hora determinada.

§ 2º A anulação de uma ou mais urnas não implicará anulação do pleito, salvo se o somatório dos votos das urnas anuladas for superior a 30% (trinta por cento) do número total de votantes.

CAPÍTULO VIII - DA HOMOLOGAÇÃO E POSSE

Seção I - Da Homologação

Art. 55. Após comunicação do resultado definitivo pela Comissão de Eleitoral, nos termos do art. 52, o Diretor Presidente, em conjunto da Comissão, procederá à elaboração de publicação no Órgão Oficial do Município de Varginha, contendo a proclamação e a homologação do resultado das eleições, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Seção II - Da Nomeação e Posse

Art. 56. Cumprida a etapa prevista no artigo anterior, caberá ao Diretor Presidente, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhar os nomes dos conselheiros eleitos e suplentes para elaboração de ato de nomeação a ser exarada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Os membros eleitos para os Conselhos do INPREV serão empossados na seguinte forma:
I - na primeira quinzena de janeiro do ano subsequente à data da realização da eleição será empossado.

- a) o membro eleito para o Conselho Deliberativo mais votado; e
- b) o membro eleito para o Conselho Fiscal mais votado

II - na primeira quinzena do ano subsequente à data da posse a que se refere o inciso anterior, os demais membros eleitos, para cada Conselho.

§ 2º O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o dos membros do Conselho Deliberativo a que se refere o inciso I do § 1º deste artigo.

§ 3º A posse dos Conselheiros eleitos observará a ordem de votos obtidos na eleição para o Conselho.

§ 4º O disposto no § 1º deste artigo não será aplicável à eleição a ser realizada em até 6 (seis) meses, contados da data de entrada em vigor da Lei Municipal nº 7.068, de 16 de dezembro de 2022.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. O procedimento das eleições desenvolver-se-á no período compreendido entre a publicação do Edital de convocação da eleição e a divulgação do resultado definitivo do pleito, no Órgão Oficial do Município de Varginha.

Art. 58. São peças essenciais do processo eleitoral:

I - Portaria de Nomeação da Comissão Eleitoral e documento comprobatório de sua publicação;

II - edital de convocação e documentos comprobatórios de publicação nos jornais;

III - requerimento dos registros de candidaturas e as respectivas fichas de qualificação individual dos candidatos e documentação comprobatória dos requisitos exigidos para candidatura;

IV - relação da composição das mesas eleitorais e junta apuradora;

V - relação dos locais de votação, tipos e quantidades de urnas, por local;

VI - relação, por local de trabalho, dos segurados em condições de votar;

VII - listagem geral dos segurados em condições de votar;

VIII - atas das seções eleitorais de votação e de apuração dos votos;

IX - exemplar da cedula única de votação;

X - Resoluções da Comissão Eleitoral e documento comprobatório de sua publicação;

XI - impugnações, recursos e contrarrazões e decisões da Comissão Eleitoral;

XII - comunicação oficial das decisões da Comissão Eleitoral;

XIII - atas das mesas eleitorais, devidamente assinadas;

XIV - atas da Junta Apuradora, devidamente assinadas;

XV - ata dos trabalhos eleitorais;

XVI - documento comprobatório de publicação do resultado da eleição; e

XVII - processo administrativo de procedimentos das eleições.

Art. 59. Os integrantes da Comissão Eleitoral desenvolverão as respectivas funções em tempo integral.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos integrantes das mesas eleitorais e juntas apuradoras e aos fiscais credenciados, durante o processo de votação e apuração respectivamente.

Art. 60. Os casos omissos na presente Resolução serão decididos pela Comissão Eleitoral, utilizando-se, por analogia, os procedimentos da Lei Eleitoral vigente no País.

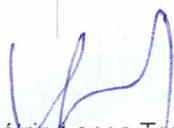
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - INPREV

Art. 61. Fica garantido e facultado aos candidatos, o acompanhamento de todos os atos do processo eleitoral definido neste regulamento

Art. 62. Nas eleições de que trata este regulamento, serão aplicadas, no que couber, a legislação federal específica que sistematiza a propaganda durante o período eleitoral.

Art. 63. Este regulamento entra em vigor na data da sua publicação.

Varginha, aos 19 de janeiro de 2023.



Denécio Lopes Tomaz
Presidente do Conselho Deliberativo do INPREV